



## UMA ANÁLISE DA CONFLITIVIDADE SÓCIO-ESPACIAL NO CAMPO A PARTIR DO NORTE FLUMINENSE

Polyanna Barreto Apolinário<sup>1</sup>  
Tatiana Tramontani Ramos<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a conflitividade sócio-espacial no campo a partir dos Cadernos Conflitos no Campo Brasil, relatório anual produzido pela Comissão Pastoral da Terra, que apresenta dados referentes a ocorrência de conflitos no campo no Brasil. Para tanto, realizamos a sistematização dos conflitos por terra, ocupação/retomada, acampamento, conflitos trabalhistas e conflitos por água no período de 1985 a 2020. Os conflitos enquanto manifestação concreta dos tensionamentos entre racionalidades e formas de existir distintas, permitem analisar o grau e a capacidade de articulação e mobilização dos protagonistas e sua capacidade de ocupar espaços, além de possibilitar os processos de luta e de pressionar o Estado para que a Reforma Agrária seja posta em pauta efetivamente. Ao analisarmos a ocorrência de conflitos no Norte Fluminense (RJ), temos o município de Campos dos Goytacazes com o maior registro de ocorrência de conflitos trabalhistas (82%), e conflitos por terra (55%), ou seja, é o município que apresentou maior índice de conflitividade da região e esta, por sua vez, é uma das regiões mais conflitivas do estado, registrando 46% das ocupações, 50% dos acampamentos e 50% dos conflitos trabalhistas do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Conflito, Geograficidade, Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes.

### RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar los conflictos socioespaciales en el campo a partir de los *Cadernos Conflitos no Campo Brasil*, un informe anual elaborado por la Comisión Pastoral de la Tierra, que presenta datos sobre la ocurrencia de conflictos en el campo en Brasil. Por ello, llevamos a cabo la sistematización de los conflictos por la tierra, ocupación / retorno, acampada, conflictos laborales y conflictos por el agua en el período de 1985 a 2020. Los conflictos como manifestación concreta de tensiones entre diferentes racionalidades y formas de existencia, nos permiten analizar el grado y la capacidad de articulación y movilización de los protagonistas y su capacidad para ocupar espacios, además de posibilitar los procesos de lucha y presionar al Estado para que la Reforma Agraria sea efectivamente puesta en la agenda. Al analizar la ocurrencia de conflictos en Norte Fluminense (RJ), tenemos al municipio de Campos dos Goytacazes con mayor registro de ocurrencia de conflictos laborales (82%), y conflictos por tierras (55%), es decir, es el municipio que presentó el mayor nivel de conflictividad en la

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF – Campos dos Goytacazes, polyannabarreto@id.uff.com; Instituição de fomento: CAPES.

<sup>2</sup> Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, tatiana\_tramontani@id.uff.br.



região e esta, a su vez, es una de las regiones más conflictivas del estado, registrando 46% de ocupaciones, 50% de campamentos y 50% de conflictos laborales en Río de Janeiro.

**Palabras clave:** Conflicto, Geografía, Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes.

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo, apresentar a proposta de pesquisa iniciada recentemente que busca analisar a conflitividade sócio-espacial no município de Campos dos Goytacazes (situada na mesorregião Norte Fluminense) no período de 1985 a 2022, destacando os conflitos por terra e trabalhistas, para assim compreender e analisar padrões conjunturais e estruturais de ocorrência desses conflitos. Para identificar e analisar as ocorrências desses conflitos serão utilizados dados de fontes secundárias disponibilizadas pelos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nosso intuito é destacar, espacializar e compreender esses conflitos, bem como as estratégias de resistência e a importância de sua sistematização.

A proposta de pesquisa surge como resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso que se desdobra em pesquisa de pós-graduação (mestrado) desenvolvida junto ao Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais. Quando foi iniciada a pesquisa sobre os conflitos no Norte Fluminense - (1985-2017), o objetivo foi sistematizar e analisar de uma forma mais quantitativa os conflitos por meio da tabulação em planilha de excel. Assim, foram identificando os conflitos por município, número de ocorrências, número de famílias envolvidas e área conflitiva. Nosso foco era dar um panorama geral da conflitividade sócio-espacial no Norte Fluminense em relação ao estado do Rio de Janeiro. A escolha do recorte espacial se dá a partir dessa análise dos conflitos no Norte Fluminense sistematizados a partir dos Cadernos de Conflitos (CPT), que permitiu identificar que no período de 1985 a 2017 o município de Campos dos Goytacazes apresentou grande índice de registro de ocorrência de conflitos trabalhistas (83%), e conflitos por terra (49%), ou seja, é o município que apresentou maior índice de conflitividade da região e esta, por sua vez, a região mais conflitiva do estado (APOLINÁRIO, 2018).

Esse mesmo município teve por base produtiva desde o século XVI a atividade canavieira, com instalações de pequenos engenhos que foram sendo modernizados ao longo dos anos, até existirem as grandes usinas, apresentando nos dias atuais a



permanência de uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade privada da terra. O trabalho que no passado era desempenhado por homens e mulheres escravizados, privados de sua liberdade e dignidade, representa hoje um dos grandes fatores conflitivos na região por ainda guardar muitos elementos desse passado não tão distante e empregar elementos análogos aos do período da escravidão, entre esses a superexploração dos trabalhadores, a privação de liberdade por dívida, as condições subumanas de habitação e a exposição à riscos e violência.

Destacamos também que há um diálogo com a perspectiva regional diretamente com a pesquisa à medida que Campos dos Goytacazes centraliza historicamente diferentes práticas sócio-espaciais que se apoiam e se reproduzem regionalmente. Ou seja, os aspectos regionais da análise estarão intimamente relacionados à pertinência da questão regional apontada por Haesbaert (1999), suas particularidades, seu caráter de síntese, suas continuidades e discontinuidades, bem como a perspectiva da escala intermediária entre o local e o nacional/global.

## **METODOLOGIA**

Inicialmente, estamos realizando levantamento bibliográfico para uma maior aproximação com o tema dos conflitos sócio-espaciais. Estamos também, realizando a coleta de dados secundários no Caderno Conflitos no Campo Brasil, que é uma sistematização publicada anualmente pela CPT desde 1985. Nesses cadernos a CPT reúne dados em escala nacional referentes à “Violência contra a Ocupação e a Posse” (conflitos por terra, ocupações/retomadas e acampamentos), conflitos trabalhistas (trabalho escravo, superexploração, desrespeito trabalhista), conflitos pela água (a partir de 2002), conflitos em tempo de seca, violência contra as pessoas (assassinatos, tentativa de assassinato, ameaça de morte), e manifestações (a partir de 2000), conflitos sindicais e conflitos em áreas de garimpo.

Para esse trabalho, apresentaremos os dados sistematizados dos conflitos no campo no Norte Fluminense no período de 1985 a 2020, dando continuidade a sistematização realizada no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2018 (sistematização de 1985 a 2017) que teve como objetivo identificar entre os conflitos ocorridos do Rio de Janeiro, aqueles que tiveram ocorrência no Norte Fluminense. Cabe pontuar que por haver uma ampla gama de informações, optamos por selecionar alguns



dados apresentados, como: ano e município em que ocorreu, o nome do conflito (espaço em que ocorreu), pessoas ou famílias envolvidas, tipo de conflito (terra, trabalhista), e área conflitiva.

Contaremos também com o apoio teórico inicial das pesquisas de Mauricio Abreu (2016) que sistematizam metodologias de trabalho com dados em séries históricas e, assim, auxiliam o pesquisador em “deduções” acerca dos eventos analisados: sua continuidade, ou a existência de determinados fatos/eventos com base na regularidade apresentada em outras séries históricas.

Acreditamos que dar continuidade a sistematização dos conflitos por terra e conflitos trabalhistas (quando ocorreu, local, atores envolvidos, área conflitiva) é uma importante ferramenta para compreendermos e analisarmos mudanças e permanências, além de perspectivas práticas sociais insurgentes.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

De acordo com Santos (1992, p.57) “o espaço hoje se subdivide entre subespaços onde há uma carga considerável de racionalidade e áreas onde isso ainda não ocorre”. Portanto, temos “uma porção do território onde as racionalidades dos agentes hegemônicos se tornam possíveis e se dão eficazmente, porque essa área geográfica é formada por objetos criados previa e deliberadamente para o exercício dessa racionalidade”. Assim, a globalização como meio técnico-científico-informacional cria cenários, manifestações concretas que são espacializadas por meio de conflitos e tensionamentos. O território acolhe os vetores da globalização que nele se instalam para impor uma nova ordem pautada numa racionalidade da dominação e produz também uma contra ordem (pobres, excluídos, marginalizados, subalternizados), denominadas muitas vezes “como ‘irracionalidade’ e, dialeticamente, como ‘contrarracionalidade’ constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo” (p.309 livro a natureza do espaço), ou seja, temos territorialidades não hegemônicas, portanto distintas na forma de se apropriar da terra (recurso/abrigo) (SANTOS, 2006).

Cabe destacar que a racionalização da dominação tem um limite (da práxis) e, portanto, existe uma força libertadora. Existem sujeitos que pensam o mundo de forma diferente, sem a racionalidade técnica da dominação. Assim, os conflitos e o que eles



denunciam em sua sistematização contínua, constituem a aproximação com o limite da práxis da racionalidade da dominação, representam racionalidades em disputa.

Ou seja, os conflitos no campo podem, portanto, ser considerados uma contra racionalidade, expressão de questionamentos da psicosfera<sup>3</sup> dessa racionalidade hegemônica (SANTOS, 2006). Portanto, é imprescindível pensar circuitos alternativos de cooperação, com ferramentas e técnicas que possibilitem a construção de uma nova globalização (PORTO-GONÇALVES, 2006). Por isso a necessidade de articulação dos atores sociais que objetivam resistir ao modelo de racionalidade hegemônica, visto que articular suas ações pode configurar em estratégia de fortalecimento das práticas de luta por espaços alternativos, até porque, os movimentos sociais representam “em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares.”. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.20).

A CPT,

desde a sua criação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear como trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba as mais diferentes e diversas categorias de camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana. Desde o início também se faz o levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia a violência por eles sofrida, por diversos meios, sobretudo através do seu Boletim (CADERNO DE CONFLITOS, 2016, p. 12).

Desse modo, essa sistematização por meio dos Cadernos de Conflitos Brasil feita ao longo desses anos (1985 a 2020), é um instrumento importante para o apoio e visibilidade dos processos de luta e resistência do acesso a terra, recursos, direitos trabalhistas, etc.. De acordo com a CPT, os conflitos

são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. (CPT, 2016, p.16).

---

<sup>3</sup> De acordo com Santos (1992 b, p.4) a psicosfera “é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo.”.



Ao analisarmos os conflitos enquanto manifestação concreta das relações sociais, temos a possibilidade de identificar as tensões existentes na sociedade, apresentando o grau e a capacidade de articulação e mobilização dos protagonistas e sua capacidade de ocupar espaços, visto que o espaço geográfico não é apenas um palco, é um produto das relações sociais. Dessa forma, é preciso considerar a geograficidade do social, considerando o espaço geográfico como uma dimensão constitutiva do social, como parte integrante na análise social (PORTO-GONÇALVES, 2003).

Assim, a análise da geograficidade dos conflitos configura-se em um importante instrumento na construção de arcabouço teórico que permite identificar/analisar os atributos dos conflitos sociais que são: *os protagonistas, os motivos e objetivos, as formas de organização, os tipos de manifestações e estratégias de ação e as escalas de ação/extensão* (RODRIGUES, 2015). Ou seja, podemos analisar sua configuração sócio-espacial, os sujeitos envolvidos nos conflitos sociais, sua origem e historicidade, com o objetivo de favorecer os processos de luta, dando voz aos grupos subalternizados e sua existência; contribuindo com isso para o fortalecimento das práticas espaciais de resistência que representam outras ordens sócio-espaciais, novas conformações territoriais, contrárias à racionalidade da ordem hegemônica presente na sociedade.

Dessa forma,

O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social. (BOURDIEU, 1989 apud PORTO GONÇALVES, 2002, p.230).

De acordo com Porto Gonçalves (2002, p.230) “os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica”. Desse modo, há “modos distintos de se apropriar da terra por meio de culturas distintas e, deste modo, é de territorialidades também distintas que estamos falando.”. (PORTO GONÇALVES, 2006, p.169).

Dessa “tensão de territorialidades, o coletivo/comunitário se coloca quase sempre contrário à exclusividade da propriedade privada que, sendo espaço de uso exclusivo, é, já aí, de exclusão” (PORTO GONÇALVES, 2006, p.176).





Ao sistematizarmos as ocorrências de conflitos por terra e trabalhistas disponibilizados no banco de dados da CPT, estamos sistematizando as experiências desses protagonistas em luta (lutas de racionalidades distintas), e que sofrem a violência e a expropriação nos marcos das contradições do capitalismo.

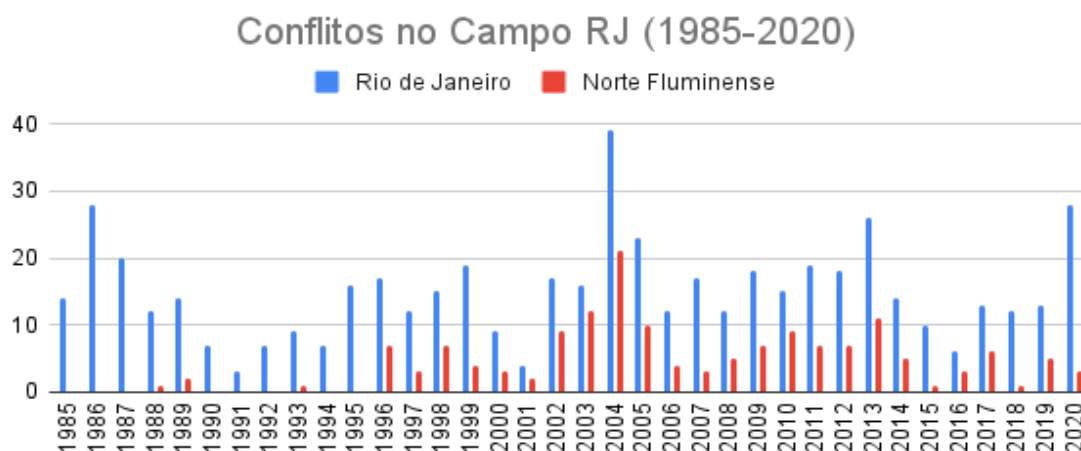
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A CPT

tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional. Com este trabalho formou um dos mais importantes acervos documentais sobre as lutas pela terra e formas de resistência dos camponeses, bem como sobre a defesa e conquista de direitos, que serve como fonte de seu banco de dados. (CPT, 2016, p.12).

Após sistematização dos dados disponibilizados pela CPT no período de 1985 a 2020, destacamos inicialmente os Conflitos no Campo no Norte Fluminense. Trata-se de dados referentes à ocorrência de conflitos por terra, englobando ocupações/retomadas e acampamentos; conflitos trabalhistas (trabalho escravo, superexploração e desrespeito trabalhista), e conflitos por água. No Gráfico 1, podemos observar a ocorrência desses conflitos no Rio de Janeiro, destacando entre eles, aqueles que ocorreram no Norte Fluminense.

Gráfico 1- Conflitos no Campo Rio de Janeiro – Norte Fluminense (1985-2020)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT



Dentre os conflitos registrados no Rio de Janeiro, ressaltamos que 22% dos conflitos por terra ocorreram no Norte Fluminense, com 50% dos acampamentos e 46% das ocupações/retomadas. Já os conflitos trabalhistas correspondem a 50% das ocorrências e os conflitos por água 14% (2002-2020).

Observando o Gráfico 1, ressaltamos que os anos com maior número de ocorrência de conflitos no Rio de Janeiro e Norte Fluminense correspondem aos anos de 2004 (primeira gestão do governo Lula) e 2013 (governo Dilma).

De acordo com Messias (2017, p.14)

a expectativa por parte dos movimentos populares era de que novos e melhores horizontes se desenhariam rumo à reforma agrária, principalmente, com Lula como presidente. Apesar das políticas de apoio à agricultura familiar, que melhoraram qualitativamente as condições de manutenção dos assentamentos, ainda assim, não se viu uma política que avançasse efetivamente na perspectiva de uma reforma agrária justa e igualitária no país. Com uma política de conciliação de classes, as empresas do agronegócio foram grandes beneficiárias da política agrária desses governos.

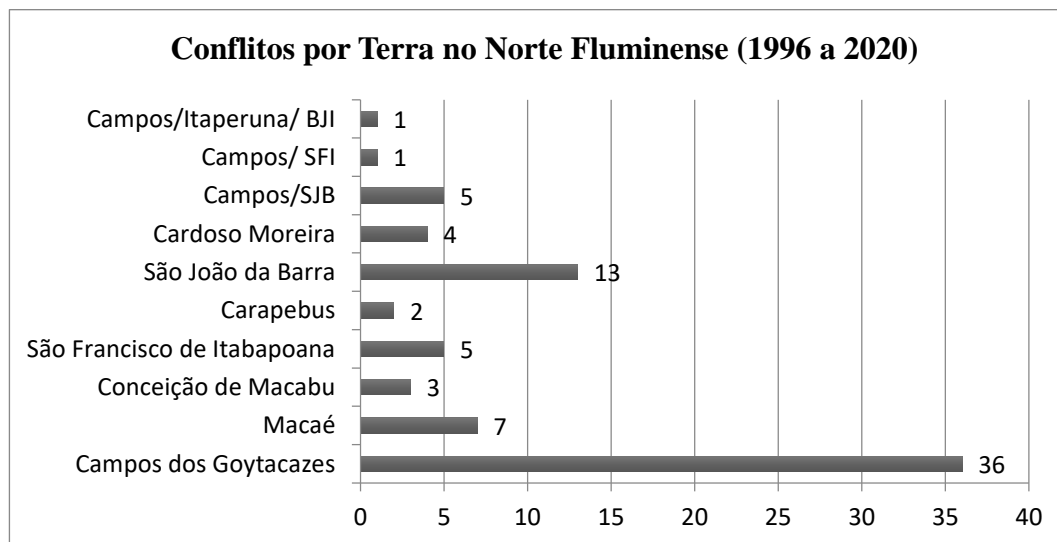
Ou seja, há um aumento dos Conflitos no Campo no período de gestão de Lula e Dilma no Rio de Janeiro e Norte Fluminense, devido às expectativas dos movimentos populares do campo e dos trabalhadores rurais no que tange os avanços na reforma agrária, que era um debate proposto pelo Partido dos Trabalhadores (PT), visto que apresentava como pauta a “superação da estrutura fundiária desigual e geradora de pobreza por meio da desapropriação de latifúndios” (MESSIAS, 2017, p.27). Porém, essas expectativas não foram correspondidas na primeira gestão de Lula, e “a reforma agrária passou a ser defendida enquanto categoria para o desenvolvimento capitalista e combate à fome se restringindo à desapropriação de terras improdutivas.” (MESSIAS, 2017, p.27).

Cabe destacar que “enquanto o conflito é a manifestação concreta, empírica, das contradições em ato, a conflitividade nos remeteria às suas condições de possibilidade, isto é, as condições que tornam mais prováveis determinados conflitos do que outros.” (RAMOS, 2003, p.5). No Gráfico 2, especializamos a ocorrência de 77 conflitos por terra envolvendo 11.822 famílias, sendo os municípios com maior ocorrência de conflitos Campos dos Goytacazes, seguido de São João da Barra e Macaé.





Gráfico 2 – Conflitos por Terra no Norte Fluminense (1985-2020)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT

Cabe destacar que a base econômica do Norte Fluminense<sup>4</sup> foi “caracterizada historicamente pela predominância da atividade canavieira sendo, portanto, uma região de forte identidade com a produção agrícola, especialmente a cultura da cana.”. Além disso, temos “a forte concentração fundiária e consequente desigualdade social”. (BELO, 2012, p.35-36). Medeiros et. al. (2009 apud BELO, 2012, p.36), salienta que

a concentração fundiária se intensificou durante todo o século XX em decorrência da modernização agroindustrial e dos incentivos dados pelo governo militar à produção de álcool, nos marcos do programa de substituição dos combustíveis derivados do petróleo (Pró-Álcool), quando verificou-se um intenso processo de modernização das usinas de açúcar e a construção de destilarias de álcool acopladas a estas, proporcionando uma concentração não só agrícola, mas também industrial.

Com a finalização dos programas de incentivo à produção de álcool, temos a falência de diversas usinas sucroalcooleiras, e é nessa conjuntura, que temos maior atuação do MST no Norte Fluminense a partir da década de 1990, visto

<sup>4</sup> O Norte Fluminense, nosso recorte espacial, abrange as microrregiões geográficas de Campos dos Goytacazes (Campos dos Goytacazes, São Fidélis, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira) e de Macaé (Macaé, Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu).



que naquele momento não somente reivindicava a divisão das terras tornadas improdutivas devido à falência das usinas, mas incorporou também as demandas dos trabalhadores das usinas que reivindicavam o pagamento de dívidas trabalhistas. (BELO, 2012, p.36).

Em seu estudo sobre o processo de implementação do Complexo Portuário em São João da Barra (um dos locais em que ocorreram conflitos por terra em conjunto com o município de Campos dos Goytacazes nos anos de 2017 a 2019, conforme sistematização da CPT), Costa (2018) destaca o papel da mídia na criação de um imaginário de que a chegada do megaempreendimento na região seria “geradora de trabalho e renda, teria seu centro econômico na atividade industrial de ponta, partindo do processamento e exportação de produtos primários, minérios, e chegando à fabricação de automóveis, destinados à exportação.”, porém, nesse processo, temos também aqueles “que vêm insistindo em permanecer na terra e lutando pela manutenção de suas formas de vida passadas de geração em geração, é considerada uma luta contra o progresso da Região, do Município, do Estado e do País”. (COSTA, 2018, p.91).

Enquanto perspectiva de luta, Costa (2018, p. 100) vai sinalizar que “um dos desafios postos é convencer a sociedade de que os problemas sofridos, hoje, pelos moradores do Açu e, principalmente, pelos agricultores e pescadores, não são ações isoladas.”, e daí a importância da articulação e organização dos sujeitos em luta, visto que

Em um contexto de concentração de riquezas e de mundialização do capital em que o aprofundamento das desigualdades sociais ganha contornos cada vez mais perversos, camponeses, pescadores e os demais atingidos por estes megaempreendimentos, como o CIPA, realizam uma importante organização. Ela foi capaz de ultrapassar os domínios local e regional, e através de articulações com um conjunto de Movimentos Sociais e ONGs, identificadas com a luta pela terra e por Direitos Humanos, ASPRIM, CPT, MST; Associação Juízes para a Democracia - AJD, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, o Comitê Popular de Erradicação do Trabalho Escravo do Norte Fluminense e Movimentos Socioambientais, Justiça Global, pesquisadores de Universidades públicas, AGB, Mandatos legislativos, dentre outros. (COSTA, 2018, p. 103)

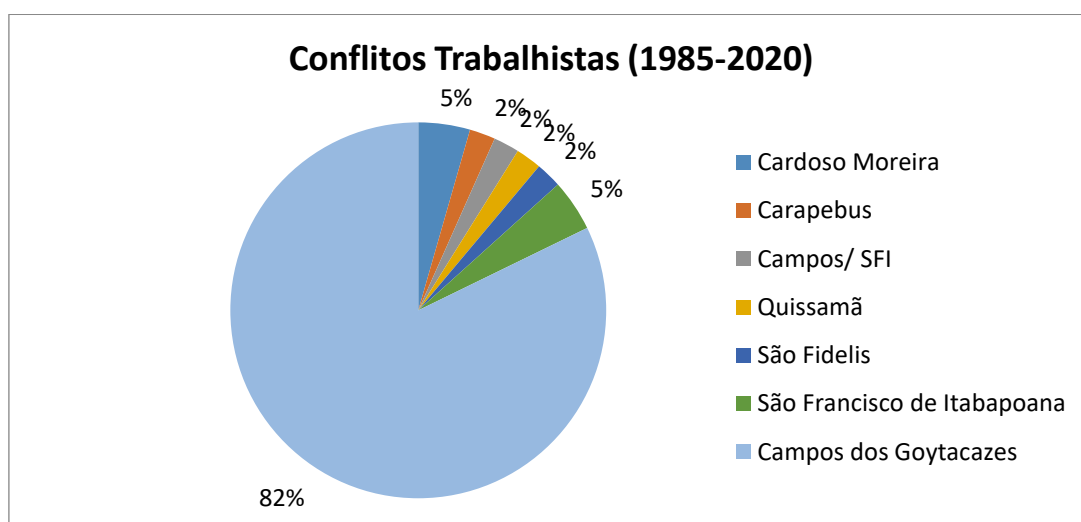
De acordo com a CPT,



a problemática do campo grita por justiça, que vai desde uma Reforma Agrária justa e uma política agrícola que contemple o pequeno produtor; até o respeito dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais assalariados, principalmente os temporários. (CPT, 1990, p.11).

Em relação aos conflitos trabalhistas, a CPT caracteriza como “os casos em que a relação trabalho X capital indica a existência de trabalho escravo, superexploração” (CPT, 2016, p.17). No Gráfico 3, temos a espacialização dos conflitos trabalhistas no Norte Fluminense, apresentando o percentual de ocorrência em cada município. O município de Campos dos Goytacazes é o que apresenta um maior número de ocorrências, contabilizando 82% dos conflitos trabalhistas da região Norte Fluminense.

Gráfico 3: Conflitos Trabalhistas no Norte Fluminense (1985-2020)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT

Entre os conflitos trabalhistas, temos um maior índice de ocorrência de trabalho escravo (52%), seguido de registro de desrespeito trabalhista (25%) e superexploração (23%), o que demonstra a necessidade contínua de criação de mecanismos de enfrentamento dessa violação de direitos. Dentre esses conflitos, temos o quantitativo de 5.962 trabalhadores que reivindicam melhores condições de trabalho, denunciam e vivenciam situações de desrespeito trabalhistas, acidentes em canaviais, etc., seguido de 2.443 trabalhadores em condições de superexploração e 1.752 trabalhadores em condição de trabalho escravo.

Como já sinalizado, a falência das usinas sucroalcooleiras na região, acarreta em diversos fatores conflitivos no que tange os conflitos trabalhistas, visto que retrata



elementos do passado ao empregar trabalho análogos a escravidão, superexploração dos trabalhadores, dívidas trabalhistas, a privação de liberdade por dívida, as condições subumanas de habitação e a exposição contínua à riscos e violência.

Enquanto expressão máxima dos conflitos, a CPT registra na tabela “Conflito por Terra: violência contra pessoa” os casos de assassinatos, ameaça de morte e tentativa de assassinato dos sujeitos que se organizam e mobilizam na luta não só por terra, mas também uma luta “por educação, por moradia, por transporte, por saúde, por política agrícola, enfim por uma vida digna.” (FERNANDES, 2000, p.222). De acordo com Junior (2017, p.18),

o assassinato do opositor, sendo que, no caso brasileiro, o opositor sempre é aquele que luta por terra de trabalho, transformações na estrutura fundiária e justiça social no campo. No clímax da disputa o sujeito opositor é, de uma vez por todas, desterritorializado.

Nos dados disponibilizados pela CPT, temos a ocorrência de 8 assassinatos no Norte Fluminense, no município de Campos dos Goytacazes no período compreendido entre 2000 a 2014. Destacamos que 5 assassinatos correspondem a líderes, sem-terra e assentados de uma mesma área conflitiva (Acampamento Oziel Alves 2/ Mergulhão/ Cambahyba). As lideranças, sem terra, assentados e pequenos proprietários foram os sujeitos que vivenciaram a violência e a tentativa de silenciamento por meio de assassinato, da tentativa de assassinato e ameaça de morte.

Dessa forma, é possível notar que há uma “violência seletiva” que teria como objetivo “quebrar os espinhos mais fortes” (CPT, 1989, p. 12-13), visto que os dados indicam que há uma seleção em relação àqueles que são ameaçados, sofrem tentativas de assassinato, ou são assassinados. Publicizar essas diferentes formas de violência contra a pessoa configuram em uma importante estratégia de inibir ações criminosas e na mobilização da segurança pública desses sujeitos.

Importante destacar que o Caderno de Conflitos no Campo Brasil também sistematiza as ações de resistência e manifestações, que são “são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas” (CPT, 2016, p. 18). Tais manifestações podem ocorrer por meio da ocupação espaços públicos e privados, realização de audiências públicas, bloqueio de estradas, encontros etc. No



Rio de Janeiro temos 280 ocorrências, das quais 20% ocorreram no Norte Fluminense. Entre as reivindicações das manifestações e ações de resistência no Norte Fluminense, temos em pauta as questões trabalhistas, questões ambientais, contra a injustiça e violência, desapropriação/assentamentos de famílias, crédito, assistência técnica, incentivos à pequena produção, educação, regularização fundiária, Infraestrutura e políticas públicas, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, ao analisarmos a ocorrência de conflitos no Norte Fluminense (RJ), temos o destaque do município de Campos dos Goytacazes que apresentou grande índice de registro de ocorrência de conflitos trabalhistas (82%), e conflitos por terra (55%), ou seja, é o município que apresentou maior índice de conflitividade da região e esta, por sua vez, é uma das regiões mais conflitivas do estado.

Desse modo, quando analisamos os dados sistematizados, estamos nos referindo a sujeitos que estão em constante processo de luta, que denunciam, resistem à opressão e a violação de direitos perpetrados pelos latifúndios, grandes empresários, megaempreendimentos, violência estatal, entre outros. No que tange o enfrentamento dos mecanismos de desmonte dos direitos e contra a violência, as lideranças, os sem-terra, os trabalhadores, os pequenos produtores rurais, as comunidades ribeirinhas, entre outros, buscam a construção de estratégias de luta que possibilitem ampliar sua escala de ação e abrangência política.

Assim, destacamos a importância de movimentos sociais e organizações de trabalhadores e da sociedade civil, visto que estes se mobilizam na solidariedade, apoio, visibilidade e, muitas vezes, garantia do processo de luta. No caso da CPT, sua trajetória de aguerrida sistematização dos conflitos, auxilia tanto na construção de uma memória da luta, quanto no processo de pressionar o Estado para que a Reforma Agrária seja posta em pauta efetivamente.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – Séculos XVI E XVII.** Revista Electrónica de



Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona: Vol. X, núm. 218 (32), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Engenhos\\_do\\_RJ\\_sec\\_XVI\\_XVII.pdf](http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Engenhos_do_RJ_sec_XVI_XVII.pdf)>. Acesso em 10 de maio de 2018.

APOLINÁRIO, Polyanna B. **Uma contribuição geográfica para a sistematização e análise da conflitividade no Norte Fluminense**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

BELO, Diego Carvalhar. **O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região Norte Fluminense**. 122p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF Campos dos Goytacazes/RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/disserta%C3%A7%C3%A3o%20diego.pdf>>. Acesso em 17 de abril de 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Caderno Conflitos no Campo Brasil**. CEDOC Dom Tomás Balduino. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20MST%20no%20Brasil%20-%20Bernardo%20Man%C3%A7ano%20Fernandes.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2018.

HAESBAERT, Rogério. Região, Diversidade Territorial e Globalização. **GEOgraphia**, – Ano. 1, nº 1, 1999. p. 15-39. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13361>>, acesso em 27 de julho de 2020.

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero. **Violência no campo brasileiro em tempos de golpe**. Boletim DATALUTA n. 114 – Artigo do mês: junho de 2017. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/6artigodomes\\_2017.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/6artigodomes_2017.pdf)>. Acesso em 10 de junho de 2018.

MESSIAS, Fernanda Targa. **A consolidação do agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma e sua representação por meio das charges de Carlos Latuff**. 100 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mestrado comunicacao/wp-content/uploads/A-consolida%C3%A7%C3%A3o-do-agroneg%C3%B3cio-como-pol%C3%ADtica-agr%C3%A1ria-nos-governos-Lula-e-Dilma-e-sua-representa%C3%A7%C3%A3o-por-meio-das-charges-de-Carlos-Latuff-FERNANDA-TARGA-MESSIAS.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2018





PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Em publicação: Los desafios de las emancipaciones em um contexto militarizado. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Argentina, 2006. P.151-197. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. En publicación: Movimientos sociales y conflictos en América Latina. José Seoane. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1344>>. Acesso em 09 de maio de 2018.

RODRIGUES, Glauco. Geografia histórica e ativismos sociais. **Revista GeoTextos**, vol. 11, n. 1, julho 2015. p. 241-268. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/12147/9734>>. Acesso em 05 de março de 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo, HUCITEC, 2006.

\_\_\_\_\_. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**, v. no 14, n. Ano VII, p. 49–59, 1992 a.

\_\_\_\_\_. **Aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo**. Conferência por ocasião do Encontro Internacional “O novo mapa do mundo”. São Paulo: 1992 b. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4997807>>, Acesso em 17/02/2021.